

2011

Zollverein Ibérico segundo Ezequiel de Campos. Esboço de um percurso contraditório entre os anos de 1911 e 1917

teresa nunes

Universidade Aberta Lisboa, sousa.nunes@sapo.pt

Follow this and additional works at: <http://digitalcommons.asphs.net/bsphs>

Recommended Citation

nunes, teresa (2011) "Zollverein Ibérico segundo Ezequiel de Campos. Esboço de um percurso contraditório entre os anos de 1911 e 1917," *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*: Vol. 36 : Iss. 1 , Article 7.

Available at: <http://digitalcommons.asphs.net/bsphs/vol36/iss1/7>

This Article is brought to you for free and open access by Association for Spanish and Portuguese Historical Studies. It has been accepted for inclusion in *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies* by an authorized editor of Association for Spanish and Portuguese Historical Studies. For more information, please contact jesus@udel.edu.

Zollverein Ibérico segundo Ezequiel de Campos.
Esboço de um percurso contraditório entre os anos de
1911 e 1917

TERESA NUNES
Universidade Aberta Lisboa

O propósito deste trabalho é a análise do quadro referencial desenvolvido por Ezequiel de Campos entre os anos de 1911 e 1917 acerca da Espanha, da sua importância económica crescente e, conseqüentemente, dos efeitos da participação portuguesa nesta tendência. Trata-se de um raciocínio onde se encontravam as concepções políticas do autor, o seu entendimento da realidade portuguesa no início da década de 10 e as expectativas de Ezequiel de Campos sobre o regime republicano. Após a descoberta das causas, longínquas e próximas, da decadência dos estados peninsulares em finais de Oitocentos, descobriam-se também as fórmulas de superação, identificadas com a dinâmica de desenvolvimento espanhol. Esta dinâmica era enfatizada em contraponto à imagem de um Portugal subdesenvolvido nos domínios da agricultura e da indústria, sem capacidade para fixar a sua demografia no espaço metropolitano e ultramarino, enfraquecido financeiramente, e alheio ao desenvolvimento tecnológico da sua época. Todavia, ambos os países partilhavam o mesmo espaço geográfico peninsular, matricial a ambos os estados, cujas características naturais enformavam numa realidade una, específica, também por condições físicas, da Europa continental. Esta era uma identidade espacial sem reflexos na dimensão temporal, pois ambos os países pareciam inscrever-se em tempos distintos.

Este tema não tem sido objecto de análise na bibliografia elaborada em torno do autor e da sua obra, geralmente centrada nas problemáticas da agricultura nacional, e em particular na difícil relação entre a produtividade agrícola e as práticas culturais ou o enquadramento agrário. A obra multifacetada de Ezequiel de Campos destacava-se neste tema como uma referência quase obrigatória, desde a década de 20 do século passado. Neste

contexto caberá salientar a abordagem apresentada nos trabalhos de Maria Fernanda Rollo acerca da intervenção de Ezequiel de Campos na implantação da indústria siderúrgica em Portugal,¹ ou das potencialidades de crescimento económico do país nos anos anteriores à Grande Guerra,² mas também do impacto do conflito mundial nas estruturas económicas portuguesas e nos modelos em discussão no pós guerra,³ como da projecção da engenharia portuguesa desde os primórdios do séc. XX, este último sendo um aspecto em que Ezequiel de Campos merece uma análise onde se entrecruzam as competências técnicas e as prestações, públicas e políticas, do autor.⁴

Essas diversas facetas, também reconhecidas nos trabalhos de Fernando Rosas, cediam espaço à sistematização do pensamento económico subjacente às propostas ezequielianas formuladas entre os anos de 1918 e 1944,⁵ contextualizadas essas num horizonte alargado, o do chamado neofisiocratismo português. Esta corrente de pensamento é concebido pelo historiador como tendência inaugurada sob os auspícios da proposta de Fomento Rural de Oliveira Martins, apresentada em 1887, e cultivada por autores como Basílio Teles, António Lino Neto, Ezequiel de Campos, E. Lima Bastos, Mário de Azevedo Gomes, António de Oliveira Salazar e Henrique de

¹ Maria Fernanda Rollo (coord.), *Memórias da Siderurgia. Contribuições para a História da indústria Siderúrgica em Portugal*, (Seixal, ed. de História e Câmara Municipal do Seixal): 2005.

² Idem, “Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema”, *História da Primeira República Portuguesa*, coord. por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (Lisboa: Tinta da China, 2009).

³ Idem, “Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso”, *História da Primeira República Portuguesa*, coord. por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (Lisboa: Tinta da China, 2009); Idem, “Economia e Inovação: derivações em cenário de crise”, *História da Primeira República Portuguesa*, coord. por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (Lisboa: Tinta da China, 2009).

⁴ Idem, “Percurso Cruzados”, *Engenho e Obra. Momentos da Inovação e da Engenharia em Portugal no séc. XX*, coord. por J. M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo (Lisboa: Dom Quixote, 2004). Nesse sentido, o trabalho supramencionado contribui para consubstanciar a investigação de Maria Paula Diogo acerca da afirmação profissional da engenharia civil em Portugal enquanto processo prévio e prenunciador da ascendência política futura no Estado Novo. *A Construção de uma Identidade Nacional. A Associação dos Engenheiros Civis Portugueses 1869-1937. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor, no ramo de História e Filosofia das Ciências, especialidade de Epistemologia das Ciências pela Universidade Nova de Lisboa*, (Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1994). Sobre essa matéria, vejam-se os trabalhos de J. M. Brandão de Brito, em particular, “Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo”, in *Contribuições para a História do Pensamento Económico do Estado Novo* (Lisboa: Dom Quixote, 1988). A charneira entre I República e o Estado Novo surge enfatizada nos trabalhos de António Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2 vols (Lisboa: A Regra do Jogo, 1986) e Nuno Luís Madureira, *A Economia dos Interesses. Portugal entre as Guerras* (Lisboa: Livros Horizonte, 2005).

⁵ Ezequiel de Campos, *Textos de Economia e Política Agrária e Indústria, 1918-1944. Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Português*, org. e introd. de Fernando Rosas (Lisboa: Banco de Portugal, 1998).

Barros, no período anterior ao Estado Novo.⁶ Neste sentido, Fernando Rosas encontrou uma matriz martiniana dos trabalhos de Ezequiel de Campos traduzida em quatro aspectos fundamentais a saber: o regenadorismo, o produtivismo antiparasitário e antiplutocrático, o nacionalismo económico e o autoritarismo político.⁷ Todos eles seriam determinantes para a caracterização do autor como figura representativa da “direita das realizações.”⁸

Ezequiel de Campos foi engenheiro civil e de minas, formado na Academia Politécnica do Porto, em 1898, com um percurso profissional iniciado na província de S.Tomé e Príncipe, nos finais do séc. XIX. O seu largo desempenho na vida pública portuguesa perpassa pela I República, durante a qual foi constituinte (1911), deputado (1911-1914) e ministro da Agricultura (Novembro de 1924-Fevereiro de 1925), detacando-se depois como membro da Câmara Corporativa, a partir de 1925.⁹ Para Ezequiel de Campos a proximidade de Portugal a Espanha revestia-se da maior importância, mesmo se este autor não descurava as causas conjunturais da diferenciação entre os dois países, nem o tendencial agravamento da mesma nos primeiros anos da República portuguesa. Atento à animosidade das instituições republicanas devido à alegada conivência do Estado espanhol com

⁶ Segundo Fernando Rosas, o quadro político instaurado pela Constituição de 1933 reflectia-se na afirmação de novos protagonistas como Rafael Duque, Mário Pereira e Eugénio Castro Caldas. Fernando Rosas, “O Pensamento Reformista Agrário no século XX em Portugal: elementos para o seu estudo”, *Salazarismo e fomento económico. O primado do político na história económica do Estado Novo* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000), 157.

⁷ Ezequiel de Campos, *Textos de Economia e Política Agrária e Indústria, 1918-1944. Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Português*, org. e introd. de Fernando Rosas (Lisboa, Banco de Portugal, 1998), XXIS.

⁸ Idem, p. XIII; Idem, *Portugal séc. XX (1890-1976): pensamento e acção política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

⁹ Ezequiel Pereira de Campos (Beiriz, 12-12-1874 – Leça do Balio 26-08-1965) foi autor de extensa bibliografia da qual se destacam *A Conservação da Riqueza Nacional*, de 1913, *A Grei. (Subsídios para a Demografia Portuguesa – Lições efectuadas na Universidade Popular do Porto em Novembro de 1913)*, de 1915, *Pela Espanha*, de 1916, *Leivas da Minha Terra (Subsídios para a Economia Agrícola Portuguesa – Lições efectuadas na Universidade Popular do Porto em Abril de 1918 e Evolução e Revolução agrária*, de 1918, *Electricidade para o Porto. (Relatório do Engenheiro Ezequiel de Campos, Director dos Serviços Municipais do Gás e Electricidade acerca das negociações preliminares para o abastecimento de electricidade pela Câmara Municipal do Porto)*, de 1922 e *A Direcção dos Serviços Municipais de Gás e Electricidade do Porto*, de 1932, *Lázaro!... (Subsídios para a Política Portuguesa)*, em 1922; *A Crise Portuguesa. Subsídios para a Política de Reorganização Nacional* (Em colaboração com Quirino de Jesus), de 1923; *Política*, de 1924, (edição actualizada em 1954) e por último *Lázaro!... (Subsídios para a Política Portuguesa)*, em 1928, *Organização do Trabalho Português. (Lição Inaugural do Curso de 1930-1931)*, de 1930 e *Para a Ressureição de Lázaro*, de 1931 *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa através dos Séculos*, de 1943, *Problemas Fundamentais Portugueses*, em 1946, *Pregação no Deserto*, em 1948, *Os Números Fundamentais (Segunda Aula simbólica aos Engenheiros meus Alunos de Ciências Económico- Sociais de 1942-43 em 13 de Junho de 1953)*, em 1953 e *O Problema Actual da Siderurgia Portuguesa*, em 1956.

os conspiradores monárquicos, e ao malogro negocial em torno da renovação do Tratado de Comércio e Navegação (celebrado em Setembro de 1893 e denunciado em Setembro de 1913), Ezequiel de Campos destacou-se na Câmara dos Deputados, e fora dela, por uma visão diversa das relações luso-espanholas. Ele via essas relações como tendencialmente benignas por indutoras do crescimento interno, imprescindível à preservação da soberania nacional, e isto em ambas as dimensões europeia e imperial, levando ao fortalecimento da República recém-implantada. Paradoxalmente, parecia-lhe ineludível que a sobrevivência do país e a subsistência do regime republicano se confundiam numa solução única e dependência da Espanha, monárquica e adversária potencial.

Estas as ideias subjacentes ao trabalho publicado em Março de 1913 acerca da reconversão do porto de Leixões. Sobre Ezequiel de Campos, membro da comissão de Obras Públicas, recaía a incumbência do parecer sobre o projecto dos ministros das Finanças e Fomento, um texto posteriormente desenvolvido onde se subentendiam as referências esparsas, e até contraditórias, formuladas sobre a Espanha desde 1911. Entre os domínios onde o país vizinho surgia no discurso do autor como modelar, contavam-se o ímpeto reformista do sector primário devido à hidráulica agrícola e o aumento da superfície irrigada, assim como a recuperação conseguida após o fim do ciclo imperial, em 1898. Por outro lado, a Espanha era vista como precursora de vias desaconselháveis, como a repartição de água por hasta pública ou a administração estritamente privada dos recursos hídricos. No entanto, o cerne da proposta de Ezequiel de Campos, que de resto não era inédita, residia em atribuir uma dimensão peninsular aos portos nacionais. Leixões detinha um papel destacado neste projecto devido à expressão demográfica e económica das áreas de influência do rio Douro, em Portugal e em Espanha, áreas cuja complementaridade o autor procurava estabelecer através da criação de um sistema de vantagens recíprocas afectas a uma vasta área de península, a do hinterland duriense cujo denominador comum, o rio, poderia proporcionar uma coesão económica. Assim Portugal permitia-se ser o ponto de partida e chegada mais rentável da parte substancial do fluxo comercial gerado em Leão e Castela-a-Velha, motivo pelo qual, em 1913, Campos defendia que se devia acompanhar a reconversão portuária em Leixões com a navegabilidade do Douro até Barca d'Alva, e também com o incremento das ligações ferroviárias com o país vizinho, servidas por uma política de tarifas competitivas, bem como uma mudança da orientação alfandegária vigente desde 1892. Realçava a necessidade de um esforço de crescimento interno prévio à articulação comercial plena no hinterland duriense, sem o qual estimava ser previsível a preponderância hegemónica, em Portugal, dos interesses espanhóis sobre os portugueses.

Passados dois anos, o autor recuperava parcialmente o projecto de proximidade comercial com Espanha, através do Douro; no entanto, fazia-o

agora numa conjuntura determinada pela beligerância europeia e suas consequências em Portugal. Refira-se o novo circunstancialismo de índole político e económico, relevantes ambos para compreender o novo apelo de Ezequiel de Campos à cooperação económica na Ibéria. Neste novo contexto, interagem a natureza da guerra em curso, travada entre as grandes economias europeias, e as suas repercussões, com a reestruturação da ordem económica internacional. Por outro lado, considerava Campos as virtualidades de crescimento conseguidas pelos países neutrais, uma tendência de que a Espanha era largamente representativa, assim como a necessidade de projecção externa das economias menos avançadas, como Portugal, no decurso do conflito. Superado este, restar-lhes-ia um quadro de dependência em face de núcleo hegemónicos estruturantes da realidade económica e financeira. No caso português, o grau de exigência parecia-lhe superior pois as perdas potenciais avultavam à dimensão territorial por causa da possibilidade, por ele prevista, da amputação total ou parcial do espaço colonial, motivo pelo qual este ambiente da Europa em guerra seria em Portugal, simultaneamente, de refundação das instituições políticas e de renovação do tecido económico centrado no desenvolvimento da indústria. Tais perspectivas de Ezequiel de Campos levavam Portugal, segundo os interesses próprios, à não participação num esforço de guerra para o qual não se encontrava preparado nem representava uma especial valia, mas também levavam ao estreitamento das relações comerciais com a Espanha. Uma vez mais, estas estavam associadas à concretização de uma entidade específica: o Douro, definido como área de expansão natural.

A expansão advogada por Campos proporcionaria, uma vez mais, os impulsos para a modernização e aperfeiçoamento das actividades produtivas no norte do país. O autor enfatizava no seu texto as debilidades desta região, com indústrias rudimentares que laboravam na dependência de combustíveis importados, de valor crescente em função da Grande Guerra; a mão-de-obra abundante mas desqualificada e pouco produtiva; a produção centrada em sectores específicos para mercados determinados, os ultramarinos. Ou seja, para interagir e beneficiar das vantagens afectas ao contacto estreito com a Espanha, o norte teria, necessariamente, de se submeter a um quadro de modificações a ocorrer em tempo breve. Entre estas avultavam as referentes ao aperfeiçoamento das práticas agrícolas para aumentar a capacidade de oferta, como as relacionadas com o aproveitamento dos recursos hídricos para fins energéticos - aspecto aplicável ao Douro e seus afluentes, sem prejuízo do cumprimento das infra-estruturas de transporte enunciadas em 1913 no sistema portuário, ferroviário e fluvial nortenho portugueses. Estes mantinham-se como a essência da complementaridade comercial da região, cuja identidade e demarcação prevalecia como resultante da configuração geográfica do território. Contudo, em 1915, a concretização deste projecto, segundo Campos, confrontava-se com uma dificuldade acrescida para o Porto, a saber, a preponderância marítima da Catalunha. Era uma tarefa difícil de

superar mas facilitada pelas aspirações de Alfonso XIII e o papel reservado a Portugal neste contexto. Segundo as palavras do autor, “seja qual for a evolução política dos povos da Ibéria, eles não podem jamais ter uma acção mundial de valor enquanto não estudarem e coordenarem a sua vida económica recíproca de modo a valorizarem pelo trabalho moderno os seus recursos naturais e a sua posição na Europa – o que obriga a uma cooperação industrial e mercantil.”¹⁰

Aos olhos de Ezequiel de Campos parecia ineludível que o cenário de beligerância na Europa impunha a Portugal um esforço de projecção económica externa, a desenvolver no quadro temporal no mesmo conflito. Nem Portugal poderia eximir-se às tendências económicas, comerciais e tecnológicas do momento, sob pena de isolamento, perda de soberania e de território, nem tão pouco este desiderato seria concretizável em tempo posterior ao final do conflito.¹¹ Igual assertividade empregava Campos na definição das áreas de influência preferenciais para a prossecução do objectivo e do âmbito temporal enunciados: “se Portugal quisesse integrar-se nas nações modernas”, as opções imediatas seriam “a vizinhança do noroeste da Europa e o sulco do Douro.”¹² Tais opções radicavam num conjunto de factores exógenos como a acessibilidade a mercados de grande dimensão, a ligação ancestral aos mesmos, os ritmos de crescimento, ou ainda a convergência potencial devida à partilha de interesses/recursos naturais comuns. Contudo, também num horizonte de características endógenas da estrutura nacional, como a densidade demográfica, a capacidade industrial instalada e o dinamismo comercial, havia que equacionar aspectos preponderantes da revalorização estratégica primária atribuída ao Porto.

O âmbito da revalorização do Porto seria invariavelmente restrito, em consequência da configuração oro-hidrográfica na pensínsula ibérica, incompatível com a supremacia completa de uma estrutura portuária em detrimento das demais, portuguesas ou espanholas;¹³ mas esta coexistência

¹⁰ Ezequiel de Campos, “A Possibilidade Económica do Porto”, *O Trabalho Nacional. Revista mensal publicada pela Associação Industrial Portuense* (3, 15 de Março de 1915): 72.

¹¹ “Seremos uma nação miserável, como dizia Herculano, se não nos pusermos a par do nosso tempo. Querer manter pela simples protecção pautal uma indústria apegada a matérias primas importadas (quando muitas delas podíamos produzir), oneradas de transportes os mais caros da Europa, e à força do carvão, a mais cara também, é ignorar que os outros povos, muito melhor apetrechados, nos rompem facilmente esse bloqueio de direitos alfandegários para virem explorar-nos, e que assim também vamos afundando toda a vitalidade da Grei e todo o espírito de iniciativa para a vida hodierna”. *Ibid.*, 69.

¹² *Ibid.*

¹³ “A Ibéria [...] não oferece como a Alemanha, como a Bélgica, como a França, extensos rios de navegação interior, susceptíveis de ligar-se uns aos outros por meio de canais económicos, e até de navegação fluvial do Atlântico ao Mediterrâneo; nem tão pouco uma só frente ao mar; as suas múltiplas bacias hidrográficas estão profundamente talhadas e separadas por montanhas elevadas. Assim naturalmente, a cada rumo se abre um porto com o seu hinterland natural, reduzido à bacia hidrográfica que lhe fica perto – o que se explica como

não inibia processos de afirmação dentro das áreas de influência (in)directa partilhados por dois ou mais portos. Assim estimava ser possível no caso portuense, então com uma abrangência geográfica reduzida na bacia espanhola do Douro pois “só a região de La Fregeneda e Salamanca, e pouco mais para leste, tem vantagem em servir-se do Porto. Já Medina é mais próxima de Santander do que do Porto 107 Km. E todas as terras da bacia do Douro a leste de Valladolid até às imediações de Osma têm também como porto mais próximo Santander (Aranda del Duero, Bilbao, Valência). [...] Assim o Porto, nas circunstâncias actuais, sem porto e longe de mais da bacia espanhola do Douro na Castela-a-Velha, ficará condenado a um papel muito subalterno na economia da Ibéria.”¹⁴ Insistia Ezequiel de Campos, por isso, no projecto das instalações marítimas do Leixões-Porto, tal como fora delineado em 1913. Todavia, a garantia de êxito do mesmo implicava uma simultaneidade de investimentos em aspectos subsidiários ao complexo portuário, mas imprescindíveis para aumento da abrangência geográfica do mesmo, pois o complexo estaria projectado para acolher uma actividade comercial superior à proporcionada pelas estruturas nacionais. Nessa medida, devia acompanhar-se ainda de uma revisão das tarifas alfandegárias, o reforço da rede ferroviária, e a navegabilidade do rio Douro até Barca d’Alva.¹⁵

Aspecto marcante do ideário ezequieliano neste trabalho, como em textos subsequentes, era o entendimento do espaço ibérico enquanto realidade servida de tendencial e irreversível unicidade, no domínio económico. Certamente motivado pela atenção dispensada ao processo de desenvolvimento económico do “colosso” ibérico, esta era uma matéria onde o autor não poupava os maiores encómios à capacidade de reestruturação espanhola ocorrida após a perda do espaço imperial. Campos considerava provável o crescimento exponencial da Espanha, em vista dos benefícios comerciais proporcionados às potências neutras, em geral, e, entre estas, as dotadas de economias em desenvolvimento como a espanhola. Naturalmente, estas economias seriam também afectadas pela subida dos preços dos combustíveis e das matérias primas, um obstáculo a superar através da diversificação das fontes de energia. Tendo em conta as potencialidades oferecidas pelos recursos naturais, tanto espanhóis como portugueses, Ezequiel de Campos entendia a Grande Guerra como um momento propício à aproximação entre ambos os países da Ibéria, momento determinado pela partilha conjunta dos meios para a satisfação das necessidades energéticas, muito diferentes, das economias respectivas. Tal convergência não sossobrava perante dissensões políticas ou diferenças de regime; ao invés, Campos acreditava na virtualidade de um crescimento tão mais forte quanto escorado num mercado amplo, a Ibéria, onde ambos os parceiros encontravam

desde S. Sebastian por Lisboa, até Barcelona, haja, e continue a haver, uma série de portos incapazes de uma guerra de extermínio recíproco”. Ibid.,70.

¹⁴ Ibid., 71.

¹⁵ Ibid..

benefícios. A economia portuguesa beneficiaria, uma vez mais, com as exigências crescentes do crescimento espanhol, enquanto a Espanha obtinha energia barata e acesso facilitado aos tráfegos marítimos, se Portugal cumprisse um plano de melhoramentos compatível com os interesses luso-espanhóis. Com uma formulação algo messiânica, esforçava-se Ezequiel de Campos por indissociar Portugal da expressão mundial almejada por Alfonso XIII para a economia espanhola, motivo pelo qual vaticinava: “seja qual for a evolução política dos povos da Ibéria, eles não podem jamais ter uma acção mundial de valor enquanto não estudarem e coordenarem a sua vida económica recíproca de modo a valorizarem pelo trabalho moderno os seus recursos naturais e a sua posição na Europa – o que obriga a uma cooperação industrial e mercantil.”¹⁶

Paradoxalmente, explicada a vantagem concorrencial do Porto em face dos núcleos congéneres portugueses, e traçados os benefícios da sua proximidade ao mercado espanhol, o optimismo do autor refreava-se na avaliação das insuficiências da estrutura produtiva portuense. Explicava Campos: “tem o Porto tradições comerciais e industriais; mas para a vida hodierna e para entrar no progresso da Ibéria, falta-lhe quase tudo.”¹⁷ Entre os factores por ele indicados para tal insuficiência estava uma situação subsidiária da carência de combustível nacional de valor calorífico elevado, pelos custos substanciais (e crescentes) do carvão importado. O reforço das relações comerciais luso-espanholas e a afirmação das instalações marítimas de Porto-Leixões no espaço ibérico, segundo ele, dependiam exclusivamente da capacidade industrial da capital nortenha em competir com a Catalunha.¹⁸ Embora difícil, a tarefa não lhe parecia irrealizável, antes superada com o investimento faseado na obtenção de energia hidro-eléctrica a partir do Douro e seus afluentes,¹⁹ medidas cujos efeitos práticos correspondiam à tão necessária navegabilidade fluvial para os sectores industriais portuenses.

¹⁶ Ibid., 72.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ “Não pode haver dúvida de que o Porto só será capaz de ser o centro distribuidor do melhor da bacia do Douro quando ele tiver uma indústria tão bem instalada que possa oferecer um mercado tão variadamente sortido e em condições de preço tal que entre em concorrência franca com a Catalunha – para que o Atlântico não seja vencido pelo Mediterrâneo. Hoje é a Europa do Ocidente que dá as leis aos mercados; mas para a Ibéria já agora tem, e em breve terá importância muito maior, a Espanha do Ebro – a Catalunha e Aragão. Aquela fazendo surgir uma indústria moderna muito variada e audaz; esta atirando-se a regar as estepas ressequidas”. Ibid., 73.

¹⁹ Este investimento encontrava-se repartido em três secções distintas: 1ª do Porto a Mosteirô, a 2ª entre Mosteirô e Barca d'Alva e a 3ª a montante desse ponto. Apesar do grau de dificuldade encontrado na segunda secção, devido ao traçado da via férrea, Ezequiel de Campos não considerava a mudança na ordem de construção de açudes; apenas o aproveitamento dos afluentes em momento anterior à concretização da última fase do projecto. Assim, “obter depressa 40.000 ou 50.000 cavalos-vapor, não se afigura muito difícil. Não ficará a electricidade tão barata como as das serras e as dos rios do Norte da Europa, nem

Justamente a esses, Ezequiel de Campos assacava o protagonismo e a responsabilidade de iniciar o processo de reafecção energética na região duriense, sabendo embora tratar-se de uma orientação diversa, quase contraditória, da perspectiva de abordagem ao desenvolvimento adoptada entre os anos de 1911 e 1914. Esta estava assente no exclusivismo integral do Estado enquanto único responsável pela definição do modelo de crescimento, seus objectivos económicos e, entre esses, os de carácter prioritário. Refira-se que não haveria uma recusa do contributo da actividade privada, enquanto parte do processo de modernização da estrutura económica. Neste domínio verificava-se, aliás, uma inversão pontual no ideário ezequieliano, geralmente afeito à intervenção do Estado enquanto estímulo primário da actividade económica. Contudo, os condicionalismos impostos pela Guerra e o desinteresse das forças partidárias republicanas pela temática económica em geral, como pela projecção peninsular dos portos nacionais em particular, induziam o autor a depositar nos particulares o protagonismo inicial em torno deste empreendimento, como ainda a responsabilidade de mobilizar a atenção e os recursos do Estado para o mesmo. Por “particulares” entendia Ezequiel de Campos as elites comercial e industrial portuenses, as quais invectivava para pressionar o governo por uma resposta efectiva, em tempo útil, para os problemas estruturais, entretanto agravados conjunturalmente. Segundo explicava, “os mais interessados na indústria do Porto mandem estudar o Douro no duplo intento da navegabilidade e da energia. E posto o problema a claro – o que é rápido – coordenem-se os esforços para a sua realização.”²⁰ Ao Estado Campos solicitava uma administração diligente dos recursos hídricos, traduzida numa política de concessões de exploração das quedas de água compatível com os interesses regionais e com as possibilidades de crescimento a prazo. Nesta vertente, a iniciativa privada assumia um protagonismo inesperado enquanto agente regenerador do sistema político e, por extensão, do tecido económico nacional. Através do exemplo do trabalho reprodutivo, do conhecimento sustentado da realidade e das necessidades regionais como das fórmulas ajustadas de promoção do crescimento em cada área, a iniciativa privada criaria um domínio onde claramente se substituíria ao Estado a quem era “necessário impor [...] novas regras de pensar e outras normas de proceder, de modo que da voragem burocrática alguma coisa se desvie para obras de fomento; mas isto só se pode realizar quando as colectividades que representam o trabalho nacional mostrarem pelas suas iniciativas de estudo dos problemas vitais delas e da nação que querem entrar pelo caminho do trabalho moderno, sem explorações doentias de anacronismos pautais e de processos de fabrico.”²¹

como dos Pirinéus; mas basta-nos ficar com um quarto ou um sexto do preço da energia do carvão para vivermos desfogadamente”. Ibid.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid., 75.

Neste texto, Ezequiel de Campos enfatizava a necessidade de reeducação do Estado, por acção (in)directa da sociedade onde se inscrevia uma mudança da arquitectura institucional republicana. Na esteira do constitucionalismo monárquico (e à semelhança do mesmo), aquela demonstrava-se inadequada para o cumprimento do programa económico anunciado pelo PRP. No seu lugar, surgia o ímpeto pela refundação política do regime, um objectivo imposto pelos quatro anos de administração republicana e uma perspectiva onde a Guerra cumpria ainda, conforme enunciado em *A Grei*, o momento propício de mudança devido à natureza excepcional das transformações, endógenas e exógenas, associadas ao conflito. Por ser inerente à Grande Guerra, a alteração política a ocorrer em Portugal não podia exceder o tempo da beligerância. Finda esta, o país deveria estar preparado para lidar com uma nova ordem, política mas também económica, ordem essa determinada pelas consequências do confronto em larga escala entre grandes potências industriais. Explicava Campos: “é muito provável que, no fim da guerra actual, as nações pequenas, para se subtraírem à hegemonia pesada do povo vitorioso que nelas liquidaria assim parte do imposto de guerra, aproveitem as energias emigradas da nação vencida e todos os recursos próprios de saber e de capital na remodelação da indústria e da agricultura dos seus países passando o mais possível ao regime do *self-support*. Mais uma boa ocasião se oferece a Portugal, e especialmente ao Noroeste, para proceder assim, arrasando todas as peias que o Legislativo e o Executivo têm posto à actividade em Portugal de portugueses e de estrangeiros.”²²

Nesta medida, a navegabilidade do Douro até Barca d’Alva parecia-lhe, no imediato e a prazo, a fórmula mais ajustada para responder às necessidades energéticas da cintura industrial do Porto. Durante a Guerra, essa navegabilidade permitiria um acesso facilitado a novas fontes de aprovisionamento de hulha, aspecto não despiciendo em conjuntura de elevação de preço dos combustíveis. Contudo, finda a mesma, Campos estimava que haveria uma prevalência dos problemas associados ao abastecimento externo tradicional de combustíveis, devido ao encarecimento dos preços no pós Guerra causado pelo acréscimo da procura motivada pelas exigências da reconstrução. No caso português, esta tendência revertia em previsível perda de competitividade da indústria nacional, igualmente repercutida nos mercados coloniais onde, estimava Campos, a protecção pautal não seria suficiente para estancar o aumento da concorrência externa.

Dir-se-ia que, na esteira das expectativas de mudança estrutural múltipla atribuídas à Primeira Guerra Mundial, o autor salientava como ponto de viragem o processo de afectação energética dos tecidos produtivos, tão mais requerido e bem sucedido quanto menores fossem as disponibilidades de carvão dos países industrializados ou em industrialização. A mesma ordem

²² Ibid.

prelucida pelo fim da Guerra imporia o crescimento do sector secundário enquanto parte integrante dos processos de afirmação ou reserva de um todo nacional em face dos demais parceiros comerciais, crescimento esse traduzido num reforço de investimento, financeiro e tecnológico, nas indústrias europeias. Segundo as suas palavras, “as circunstâncias da concorrência comercial estão a caminho de uma profunda revolução: o mundo fabril arma-se da energia hidro-eléctrica a mais barata possível, aproveita os valiosos desperdícios da força que se escapavam dos trabalhos siderúrgicos e de outros fabricos de carvão, recuperando a energia dos gases quentes e combustíveis e do vapor do escape, aperfeiçoa motores, engenha máquinas-homens, utiliza todos os processos da economia em movimento: a indústria vai pôr sobre os mares e sobre a terra os mais baratos meios de transporte que afastam dos mercados, mais ou menos delicadamente, os concorrentes inoportunos, ou lançarão mais ou menos artificialmente, uma parte do tributo de guerra aos povos desarmados de marinha mercante e dos portos modernos, sem piedade pela falta de juízo alheio, nem se importando de curar os nossos desatinos de perdulária administração, cifrável nas finanças avariadas, na miséria económica e na carência dos apetrechos para a vida moderna.”²³

Assim, a Grande Guerra dificilmente poderia ser confundida com uma “borrasca” mais ou menos passageira, e desprovida de consequências permanentes e extensivas ao pleno da realidade industrial, mesmo a mais rudimentar. A realidade portuguesa, por exemplo, parecia de fácil diagnóstico a Ezequiel de Campos pois, até ao início do conflito, “na máxima parte do trabalho industrial português, o custo da força não representava um factor vital na economia dos produtos, tendo neste quasi sempre primazia a flutuação do preço da matéria prima e a alta dos salários: certo como era que, a não ser pela guerra do Transvaal e pela grande greve carvoeira inglesa, o mercado do carvão não apresentava para nós flutuações anormais e muito menos falta de carvão ou altas persistentes. A indústria, garantida pela pauta, habituou-se desde o começo a não contar com outra força, e cristalizou na dependência das minas de hulha estrangeiras.”²⁴ Por outro lado, Campos diagnosticava que a mesma pauta permitira a fixação do sector secundário português em segmentos específicos: aqueles que estavam orientados para a procura em mercados coloniais, enquadrados por uma política alfandegária vantajosa para os produtores nacionais. Mas esta vantagem era uma tendência em retracção porquanto, mesmo em período anterior ao advento da guerra, parecia já óbvia a perda de eficácia deste expediente perante o aumento gradual de produto estrangeiro no espaço colonial.

²³ Ezequiel de Campos, “A Possibilidade Económica do Porto (II)”, *O Trabalho Nacional. Revista Mensal publicada pela Associação Industrial Portuense* (4, 15 de Abril de 1915): 100.

²⁴ *Ibid.*

Mais: superada a fase de beligerência, aos novos factores impeditivos do crescimento da riqueza nacional (o aumento do preço dos combustíveis e a perda dos mercados coloniais) juntava-se a debilidade estrutural da economia portuguesa com a reposição do fluxo migratório interrompido durante o conflito. Estes eram os eixos indutores da decadência acelerada da soberania portuguesa, esperada em momento subsequente à Guerra, conforme uma visão onde o tremendismo não se fazia acompanhar pela irreversibilidade. Segundo o ideário ezequieliano, a sobrevivência no pós-guerra conseguia-se através do investimento, tão imediato quanto possível, nas potencialidades hidro-eléctricas do território, uma premissa ajustada, em particular, às áreas de maior consumo energético devido à capacidade industrial instalada - a saber, o noroeste do país. Esta opção teria maiores probabilidades de sucesso se conseguida uma aproximação a Espanha com quem Portugal compartilhava parte dos seus recursos hídricos – um raciocínio também vocacionado para um âmbito regional mais restrito, o do noroeste.

A certeza sobre a necessidade e a oportunidade de estimular a indústria portuguesa no contexto da beligerência europeia presidiu à viagem realizada por Ezequiel de Campos a Espanha, ainda durante o ano de 1915. Desse périplo espanhol resultaria a obra *Pela Espanha*, publicada em Outubro de 1916,²⁵ onde o autor reunia a sistematização do articulado disperso sobre esta matéria com as impressões colhidas no trajecto, ainda acrescidas da análise sumária da evolução demográfica da Espanha no período entre 1850 e 1910, e do desempenho económico espanhol desde os finais de oitocentos, tudo isto complementado por um retrato geo-climático da península. Nesse exercício, o autor procurava firmar as bases do entendimento futuro, para ele tão inexorável quanto ele o via determinado, à partida, pela geografia peninsular. Todavia, esse entendimento estava até então incumprido, uma situação justificada no articulado ezequieliano pelas opções políticas de cada um dos estados ibéricos em prol da consolidação respectiva, obtida através de um antagonismo posteriormente reproduzido nos espaços imperiais de cada potência.

Assim, quebrada parcialmente a componente ultramarina, no caso espanhol, com o revez de 1898, e ainda que estivesse longe a concretização de igual fenómeno na circunstância portuguesa, a península ibérica ressurgia como espaço matricial a cada um dos dois estados. Esta tendência de refluxo mais ou menos evidente via-a Ezequiel de Campos reforçada pela conjuntura política, económica e financeira da época e, desta feita, segundo ele, ambos os países da Ibérica pareciam partilhar, não apenas a geografia, como as consequências de um tempo de rivalidade entre potências do Novo e Velho Mundos. A nova situação de rivalidade repercutir-se-ia e forma diversa, mas nem por isso impeditiva de potencial complementaridade num desempenho

²⁵ Ezequiel de Campos, *Pela Espanha*, (Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1916).

que seria inacessível às capacidades de cada uma das partes, de per si. Este era o fundamento apontado por Ezequiel de Campos para justificar a aproximação luso-espanhola. Já a viagem a Espanha, em 1915, se inseria na necessidade de formular “uma ideia geral do aspecto dos seus vales, dos acessos dos seus portos para o interior e sobretudo do estado de adiantamento da sua utilização agrícola”, sem desprimor da atenção pelo progresso da indústria, antes e depois da Grande Guerra. Inspirado, Ezequiel inscrevia a seu propósito também num plano comum: “entendendo que as duas nações da Ibéria chegaram por fim ao momento de deverem olhar com carinho, por sua necessidade e por excepcional favor de ocasião, para o seu território assolhado, buscando nele a felicidade da sua gente e o valor para uma vida mais amável e mais nobre, quis ver a Espanha.”²⁶ A Espanha surgia ao autor como exemplo paradigmático de modernização acessível à realidade nacional, aqui apresentado segundo um raciocínio não isento de contradição com as orientações dominantes do ideário ezequieliano, em particular, a função de capitais e interesses privados.²⁷

Não menos contraditórias eram as conclusões extraídas pelo autor da avaliação às condições geo-climáticas peninsulares, e sua relação com as características demográficas e económicas de cada uma das quatro regiões ibéricas, identificadas segundo um critério climático.²⁸ Este confronto deixava transparecer comparações entre uma Espanha em expansão e um Portugal em

²⁶ Ibid., 309.

²⁷ O autor apresentava uma correlação estranha, por inédita nos seus trabalhos, entre investimento estrangeiro e crescimento económico, aplicada a uma dimensão temporal longa, na península ibérica, com retorno positivo, uma ideia assaz diversa da vulgarizadas na câmara dos deputados e nas intervenções escritas, no período anterior a 1914. Ora, quase fatalista, explicava parcialmente o desenvolvimento espanhol com a importação – designada de invasão – de “ideias e até dos capitais dos povos actualmente hegemónicos?”, dúvida retórica rematada com uma expressão de irreversibilidade, também pouco habitual no discurso ezequieliano, até contraditória com o retrato da evolução económica do país vizinho ou da complementaridade associada aos recursos naturais, segundo uma lógica eminentemente peninsular: “Mas se a Ibéria nunca soube progredir de outra forma... E se afinal é esta a única maneira de não morrer...” Ibid., 310.

²⁸ Essas regiões – a zona atlântica do norte, vertentes atlânticas dos Cantábricos, terras da Galiza e a o norte e centro português até ao Tejo, a zona atlântica do sul ou africana, a compreender o sul de Portugal, a Andaluzia, Alicante e parcialmente Múrcia, a zona mediterrânica, as províncias de Valência, Castellon, Tarragona, Barcelona e Gerona, e a zona peninsular, correspondente à meseta, a parte da bacia do Ebro e às terras de Navarra e Aragão – divergiam, em número, das cinco áreas compartimentadas pelo relevo da península, de difícil comunicação entre si e com o mar, exceptuando a orla marítima; mas esse relevo dava consistência única à península que se apresentava, segundo o autor, como uma “região isolada do resto da Europa”. A estas sobrepunha-se uma repartição da Ibéria por densidade demográfica em três realidades distintas; a mais propícia às culturas estivais – o norte cantábrico, o noroeste galego e minhoto; a zona seca de verão árido, imprópria para culturas de verão – a Meseta, os vales do Ebro, Guadalquivir, Guadiana, Sado, Tejo e orla mediterrânica; a última, a zona irrigada de verão árido, fracções do Ebro e tractos das orlas mediterrânicas e atlântica do sul. Ibid., 314; 317-321; 343-344.

decadência – os dados relativos à densidade demográfica, em larga medida, mostravam-na influenciada por factores históricos ou pelas opções de exploração dos solos resultantes de uma adaptação sofrível do indivíduo ao meio físico. O meio físico condicionava assim o desenvolvimento da demografia, e ambos se reflectiam em níveis de crescimento aquém das potencialidades e das necessidades de cada um dos países, mormente na fixação populacional. A proximidade dos estados ibéricos detectava-se também na ausência de “correntes de remodelação económica” peninsulares, e impunha-se, fosse como produto de uma política não intervencionista face ao conflito europeu, fosse como resultado de outras causas remotas. Entre estas contava-se a afinidade na partilha da herança histórica – a Reconquista Cristã – e dos caracteres naturais – o clima, a geografia –, realidades históricas e geográficas vistas sobretudo através das suas imputadas consequências na estrutura fundiária e na organização social, quer espanhola quer portuguesa.

Nesta perspectiva, a convergência entre os vizinhos ibéricos estreitava-se na identificação de desequilíbrios estruturais no vínculo entre o indivíduo e a terra, com repercussões na capacidade dos aproveitamentos hídricos e na produção agrícola. Ambos os países partilhavam, na visão ezequieliana, os efeitos da existência de um grupo de terratenentes absentistas e desinteressados dos melhoramentos possíveis à prática agrícola, vinculados a uma cultura “explorada extensivamente num solo inundado de luz e rico de pecuária semi-selvagem”. Por oposição, “os proprietários-lavradores autónomos, médios e pequenos, são geralmente em muito escasso número; a grande massa servil, desamorável da terra que só lhe dá agruras de labor para o pão duro, constitui a maior parte da gente em rebanho, mais disciplinado pela guarda republicana ou *civil* do que pela escola e pela legislação e previdência social.”²⁹

A proximidade entre os vizinhos ibéricos via-se também nos obstáculos ao progresso do sector primário, facto aproveitado por Ezequiel de Campos para ajustar à realidade espanhola a solução antes encontrada para o caso português. Esta solução, ora designada de “revolução agrária,”³⁰ seria instaurada pelo Estado enquanto responsável pelo bem comum, a quem o autor reconhecia exclusivamente a competência de impor a remodelação da economia e da demografia regional, “remodelação que não fazem os senhores da terra, por não lhes convir, nem de tal precisarem.”³¹ Parecia-lhe isto necessário para atenuar o fenómeno lesivo, nos domínios económica e social, dos “sem terra” em multiplicação “como gado pouco acarinhado, fazendo lembrar os servos da gleba sem ascensão social possível.”³² No extremo oposto da pirâmide social, os dois países reviam-se na vacuidade das elites

²⁹ Ibid., 345-346.

³⁰ Ibid., 346.

³¹ Ibid.

³² Ibid.

respectivas, sobre as quais Ezequiel de Campos fazia incidir as responsabilidades do subdesenvolvimento das duas economias. Menos assertivo para o caso espanhol, onde aludia apenas às dificuldades e descrença sentidas por Joaquin Costa em fazer valer as suas ideias acerca do aperfeiçoamento da prática agrícola, o autor mostrava-se incisivo na crítica dos intelectuais portugueses de finais do séc. XIX, cujo legado extravazara largamente o seu âmbito vivencial do constitucionalismo monárquico.³³

Contudo, a experiência adquirida como parlamentar republicano, em Portugal, induzia-o a explicar que, no caso da monarquia espanhola, a fase primeira e primordial deste processo passava pelo reforço de investimento na hidráulica agrícola extensível ao pleno da região semi-árida que era, simultaneamente, a da propriedade com grandes dimensões. Explicava Campos: “sem rega não se divide o latifúndio nem a grande propriedade perniciosa ao aperfeiçoamento do cultivo, para se dispersar gente pelos territórios hoje desertos e mal produtivos; nem se fixa ao solo da Espanha o seu crescimento demogénico que atira mais de 100.000 emigrantes por ano pela barra fora; nem se obtem um mercado interno, propício e indispensável ao desenvolvimento de muitas indústrias que só poderão viver se os campos absorverem o que elas hão-de laborar – desde os sapatos às máquinas agrícolas e aos brinquedos.”³⁴ Isto previa ele que aconteceria findo o período de beligerância durante o qual estimava um crescimento constante do sector secundário espanhol associado ao aumento da procura interna e, em particular, externa.

Tal convicção firmava-se na análise comparativa sumária da balança comercial espanhola nos anos de 1913 e 1914, caracterizada pela inversão súbita da tendência deficitária pelo superavit, inversão alcançada através da redução, substancial em algumas classes, das aquisições no exterior, bem como através de um aumento expressivo das transacções externas dos produtos espanhóis (agrícolas e industriais) apesar das alterações registadas nos fluxos de procura subjacentes à economia de guerra. Este quadro, subsidiário da viragem das políticas sectoriais adoptadas no início do conflito em áreas determinantes como minérios e combustíveis, reposicionava o

³³ Neste contexto, Ezequiel de Campos alienava parte da ascendência tutelar da figura de Oliveira Martins, cuja presença não assumida na obra ezequeliana dava ora lugar a um novo entendimento do ministro da Fazenda do governo e José Dias Ferreira como do grupo por ele integrado, os “Vencidos da Vida”. Perdia-se a imagem de um obreiro empenhado, embora frustrado, no progresso nacional, substituída pelo retrato de uma geração sobre a qual impendia, parcialmente, o ónus do decadentismo português por força das soluções aplicadas para o contrariar: “Oliveira Martins e os vencidos da geração passada, aumentando o poder real, acabam de envenenar o ambiente económico e financeiro, enquanto a mandria nacional educa uma geração de intelectuais e revolucionários impotentes para fazerem as remodelações sociais portuguesas, apenas declamadas nos comícios, mas nunca seriamente estudadas”. *Ibid.*, 353.

³⁴ *Ibid.*, 363.

discurso de Ezequiel de Campos no campo das diferenças entre os dois países ibéricos. Essas diferenças seriam afinal de natureza conjuntural, por sucedêneas da evolução histórica dos estados, ou de leituras distintas acerca da Grande Guerra e suas repercussões económicas de curto e médio prazo. Segundo o autor, a orientação política espanhola, favorável ao desenvolvimento das estruturas internas após a quebra do ciclo imperial, encontrava no contexto subsequente a Agosto de 1914 as condições excepcionais para otimizar um esforço anterior; isto enquanto Portugal persistia no alheamento das vantagens potenciais do momento, ignorando as consequências previsíveis para o pós guerra.

No entanto, a ambos – por motivos diversos – importaria uma proximidade económica, enquanto fórmula de consubstanciação da realidade geográfica inultrapassável e determinante na prossecução do progresso em cada um dos dois países, pois ambos tinham sido até aí caracterizados pela mesma vocação agrícola primordial em face das potências europeias do norte. Estes pressupostos permitiam ao autor diluir a relevância do desfasamento evidente entre o crescimento e a estagnação tendenciais de ambas as economias, movimento subalternizado perante o quadro de necessidades do colosso ibérico, compelido a sustentar as condições vantajosas ao seu desenvolvimento, mormente as relacionadas com o fluxos de mercadorias e os abastecimentos energéticos. Estes últimos factores seriam, na visão ezequieliana, largamente beneficiados pela “cooperação recíproca” dos dois países, assente em eixos fundamentais, a saber, “a estrada comercial do noroeste da Meseta”³⁵ e a exploração conjunta dos recursos hídricos.³⁶ Ambos estavam escorados na geografia comum, e correspondiam simultaneamente aos interesses de cada estado. Ambos confluíam no modelo de desenvolvimento defendido por Ezequiel de Campos que, em *Pela Espanha* tendia a reproduzir, embora não integralmente, os argumentos esgrimidos em prol da Ibéria económica una.

Menos inovador na definição do papel estratégico potencial do Douro (logo, do Porto e de Leixões) no desempenho comercial espanhol, e devido aos condicionantes associados à economia dos transportes e à lógica de crescimento portuário em função dos hinterland,³⁷ o autor redistribuía

³⁵ Ibid., 372.

³⁶ Ibid., 389.

³⁷ Em 1916, Ezequiel de Campos dava continuidade à visão elaborada acerca da estrutura portuária peninsular aquando do parecer acerca da proposta de reconversão do porto de Leixões, e entretanto exponenciada pela economia de guerra e suas repercussões em Portugal e Espanha. A consumir-se esta cooperação entre os dois países, “os centros industriais e metalúrgicos iriam aumentando a sua actividade, estimulados pelo progresso agrícola e pela criação de riqueza correlativa. De entre eles sobressaem Barcelona, Bilbao e Porto. Assim como os portos marítimos se voltam hoje principalmente para o hinterland, assim estes três centros transformadores de matérias primas devem ter como basilares pontos de apoio as regiões da Ibéria que podem abastecer”. Ibid., 370.

mercados de consumo preferenciais e actividades subsidiárias aos mesmos. Acentuava, por exemplo, a ligação entre Porto e Bilbao suportada pelo fluxo de carvão asturiano para as indústrias portuenses, em concorrência vantajosa com o inglês, tendência complementada pelos “ferros industriais e até com máquinas de fabrico correntes, abrindo-se por esta forma mais um mercado, nunca para desprezar, à metalurgia biscainha,”³⁸ e isto apesar das repercussões na redução da área de influência directa da indústria portuense, adstrita ao domínio interno estrito e associada às necessidades futuras (necessariamente incertas) de regiões menos desenvolvidas do ponto de vista agrícola e industrial. Ao arrojo das formulações apresentadas em 1913 e 1915 sucedia uma visão mais comezinha dos benefícios auferidos com a elevação de Porto-Leixões à dimensão ibérica, com perda apreciável também no perfil da indústria a implantar no perímetro de abrangência portuária. Na esteira das observações recolhidas em Espanha, o autor superava as aspirações sobre a siderurgia na cintura industrial portuense, tornada menos urgente pela acessibilidade/concorrência do mercado espanhol, e suplantada pela pertinência, a breve prazo, dos adubos azotados.³⁹ Estes revelavam-se importantes para o sector primário cuja projecção externa, finda a guerra, não viria a corresponder a uma realidade muito diversa da então existente. Nas estimativas de Ezequiel de Campos, o atraso português media-se também na capacidade agrícola, mantida com ou sem proximidade a Espanha, pelo que “daríamos à Inglaterra os vinhos, a cortiça e pouco mais, porque dos outros produtos agrícolas seriam bem melhores abastecedores a Espanha, o Norte de África e as outras terras mediterrânicas já hoje muito melhor prevenidas do que nós com pomares e hortas, carreiras de navegação e agentes comerciais.”⁴⁰

Assim, a proximidade entre os vizinhos ibéricos traduzia-se, no caso português, num reforço dos caracteres intrínsecos à economia do noroeste, mantidos numa fase primordial do processo de confluência. Esta economia seria beneficiada, directa ou indirectamente, pelo tráfego de mercadorias de e para Espanha, ou ainda como parte integrante do mercado espanhol, em nova circunstância permitida pela navegabilidade do Douro que possibilitava às províncias de “Zamora e Salamanca (pelo menos) de por ele [Douro] enviarem para a Galiza os produtos agrícolas de que esta carecesse e que lhes sobrassem, aproveitando de além do Porto a cabotagem para Vigo e as demais rias do noroeste espanhol.”⁴¹ O mesmo raciocínio seria aplicável aos abastecimentos da orla marítima da Galiza provenientes da área ocidental de Castela-a-Velha, de preferência em concorrência com os portugueses, com

³⁸ Ibid., 371.

³⁹ “Deixando na incerteza a siderurgia pela electricidade, podia o noroeste da Ibéria produzir ao menos os adubos azotados sintéticos para a sua agricultura, em réplica ao Aragão e à Catalunha”. Ibid., 384.

⁴⁰ Ibid., 390.

⁴¹ Ibid., 379.

trânsito mais fácil pelas linhas do Minho e ou do Douro do que usando os traçados ferroviários espanhóis.⁴²

Reconhecia Ezequiel de Campos que estava de outro modo comprometida a viabilidade económica da linha férrea duriense, apesar dos melhoramentos possíveis, mas sempre dispendiosos devido ao relevo. Em alternativa, apontava a navegabilidade do Douro como a solução mais ajustada aos interesses económicos dos dois países por ser relevante para o Porto, revalorizado enquanto pólo comercial de serventia a uma área geográfica de maiores dimensões e capacidade produtiva, e por não o ser menos para Espanha, beneficiada por uma “estrada comercial a mais directa desde o noroeste e até do centro da Meseta para o Atlântico, bem como o factor imprescindível para a utilização da sua planura duriense.”⁴³ Os benefícios desta articulação entre actividade económica e localização geográfica dos dois países justificavam o envolvimento dos parceiros comerciais na fase anterior de intervenção no curso fluvial. Esta, por seu turno, deveria corresponder igualmente às necessidades energéticas das duas economias, o segundo vector da proximidade ibérica.

Neste contexto, o raciocínio do autor acompanhava a orografia do Douro cujo traçado, até Zamora, não era compatível com o seu aproveitamento hidro-eléctrico em larga escala. Esse, estimado em 200.000 cav-vap., era alcançado na secção entre Zamora e Barca de Alva sem grandes dificuldades técnicas e revertia, quase na íntegra, para o tecido produtivo espanhol das cidades de Leão e Castela-a-Velha: Zamora, Toro, Valladolid, Medina, Salamanca... com proveito para as áreas rurais, de Benavente a Medina de Rioseco. No caso português, o Cávado e seu afluente Rabagão poderiam proporcionar 34.500 e 16.000 cav-vap através do estabelecimento de duas centrais e, assim, contribuir no imediato para o sustento energético da indústria portuense. Nem as carências do noroeste português ficariam satisfeitas no imediato, nem a estrutura industrial da região ficaria preparada para os condicionalismos do pós guerra, motivo da pertinência, para ambos os países, do projecto apresentado em torno da exploração conjunta do Douro. Sem grandes diferenças face ao enunciado em *O Trabalho Nacional*, o autor sintetizava as características de um plano que permitia a remoção dos obstáculos naturais responsáveis pelo isolamento dos dois estados, garantia benefício às duas economias e, por extensão, propiciava novas convergências entre os países ibéricos, tão mais desejáveis quanto inóspito era o ambiente económico e comercial que se avizinhava.

Em *Pela Espanha*, Ezequiel de Campos defendia uma entidade económica única na Ibérica, com reserva das instituições políticas, e vocacionada para a satisfação das debilidades comuns a Espanha e Portugal,

⁴² Ibid., 378-380.

⁴³ Ibid., 380.

visando fortalecer a posição de ambos no mercado externo. Nas suas próprias palavras, “ressalta de tudo a vantagem de os povos peninsulares estreitarem cada vez mais as suas relações, de colaborarem nos problemas que importam às duas nações”, e que através de um quadro alfandegário comum conforme os interesses mútuos, “que tenha por objectivo o equilíbrio da economia ibérica a ponto de ser viável um *zolverein* com utilidade para os dois países.”⁴⁴ Aos efeitos positivos imediatos, com a extinção da guarda fiscal e o desaparecimento do contrabando, somavam-se outros ganhos, como a valorização das estruturas portuárias nacionais associadas ao crescimento económico espanhol. Mas também as repercussões se fariam sentir no âmbito político e diplomáticos, ou não fosse “o sincronismo da valorização económica de Portugal e Espanha [...] a mais segura e estável promessa de um entendimento ininterruptamente amigável entre as duas nações. Uma invasão só poderá dar-se quando Portugal, pelo seu atraso em relação aos outros países (em especial à Espanha), for um embaraço a remover do canto subocidental da Europa”.

Assim, a fórmula mais eficaz de salvaguarda das instituições políticas nacionais era conseguida segundo Ezequiel de Campos através do reforço substantivo das relações económicas entre os Estados ibéricos, e da satisfação conjunta das necessidades respectivas assente numa mudança estrutural de mentalidade nas populações peninsulares. Ambas, mas sobretudo a portuguesa, “deviam ser educadas para o respeito recíproco e salutar amizade, trocando-se as palavras e reticências agressivas por sentidas e eficazes acções de camaradagem no trabalho,”⁴⁵ uma premissa onde se subentendia um ensejo mais alargado: o de quebra no paradigma diplomático herdado da monarquia constitucional, de ligação preferencial com a Inglaterra. A esta lógica do passado Ezequiel de Campos contrapunha uma lógica continental, ditada pela proximidade geográfica e pela complementaridade entre espaços económicos, enquanto expediente para obstar à preponderância britânica, animada então pelo novo fôlego da assinatura em 1914 do tratado de comércio e navegação entre Portugal e a Inglaterra, e pelo comprometimento luso com a posição inglesa no conflito mundial. Em última análise, neste procedimento Campos considerava residir o cerne da participação portuguesa no conflito, que ele tinha por lesiva dos interesses nacionais. A proximidade a Espanha, principalmente à neutralidade espanhola indutora de crescimento económico rápido e de afirmação de uma nova grande potência industrializada no concerto mundial, surgia como um percurso triplamente benfazejo para Portugal, visando: a sobrevivência da República, a manutenção do domínio ultramarino português e, fulcral para os demais aspectos, o aumento da riqueza nacional.

⁴⁴ Ibid., 406.

⁴⁵ Ibid., 408.

Neste exercício subordinado às relações luso-espanholas, o autor optava, propositadamente, por silenciar a mudança substantiva operada no quadro político português com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Por extensão, entendia ignorar também as consequências previsíveis ou já verificáveis de facto nos domínios económico, financeiro e social. Contudo, a beligerância portuguesa assumida em momento anterior à publicação da obra inviabilizava as metodologias apresentadas para o reforço cumulativo das trocas comerciais entre os dois países, numa fase inicial em vista da perda de capacidade produtiva a ocorrer em Portugal e associada ao esforço de guerra. Logo, agravava-se o fosso entre as economias ibéricas, e penhorava-se a possibilidade de a economia portuguesa ser capaz de corresponder, em investimentos infraestruturais – portuários e ferroviários – às exigências subjacentes ao alargamento do hinterland de Leixões-Douro, e menos ainda de Lisboa. Por outro lado, a impossibilidade lusa em participar, financeiramente, num projecto ibérico destinado à navegabilidade do Douro inutilizava, à partida, a prossecução do mesmo, uma vez que não seria possível, na visão do autor, a alienação de soberania nacional sobre recursos naturais estratégicos como o Douro. Mas Campos via bem que a ausência de uma política de produção energética aplicada ao mesmo rio reduzia as potencialidades de expansão agrícola e industrial das áreas envolventes, as de maior dinamismo económico como também de maior taxa de natalidade e densidade demográfica, a avolumar-se perante a suspensão dos fluxos migratórios.

Assim, a fórmula deixada pelo autor em *Pela Espanha* resultava extemporânea em face da conjuntura política portuguesa de Outubro de 1916 e, uma vez que entre os objectivos ezequielianos se contava o alheamento nacional da Grande Guerra, também a obra se mostrava destituída de ajustamento à nova realidade. Este facto explicava os fundamentos da posição de Ezequiel de Campos acerca da Harmonia Ibérica, apresentada por Félix Lorenzo em Fevereiro de 1917, e animada pela vontade espanhola de persistir numa ligação preferencial à Inglaterra, conforme as aspirações de Alfonso XIII.⁴⁶ Esta orientação, associada à mudança do executivo espanhol responsável pela chegada de um novo representante diplomático a Lisboa, colheu o apoio de figuras gradas do regime republicano, como Bernardino Machado ou Afonso Costa. Justificadamente se considerava a tendência preconizada pelo chefe do executivo de um reforço de relações com a vizinha nação ibérica, reforço assumido em vésperas da entrada de Portugal no conflito (Dezembro de 1915). Essa ideia inspirava igualmente Henrique de Vasconcelos na defesa de uma união económica ibérica, nas páginas de *O Mundo*, o órgão dos Democráticos que, um ano depois, entendiam ser virtuosa a união aduaneira, e a concordância económica absoluta entre os dois países. Mas em Julho seguinte, já em 1917, esta visão de convergência ibérica não

⁴⁶ Hipólito de la Torre Gomez, *Na Encruzilhada da Guerra 1913-1919* (Lisboa, Estampa, 1980) ; António José Queiroz, *O Jornal Portuense A Montanha e as relações luso-espanholas 1911-1926* (Amarante, Edições do Tâmega, 1997) 115-116.

sobrevivia à queda do executivo liderado por Manuel García Prieto, acompanhada por nova substituição do embaixador espanhol em Portugal. Cessava a denominada “brotoeja”, menos inspirada na vontade de concertação económica efectiva das partes do que suportada por motivações conjunturais, como a política anglófila de Romanones, ou a reserva democrática perante a vizinhança ibérica.

Em Maio de 1917, Ezequiel de Campos tinha dado a conhecer a sua posição nesta matéria, sob a forma de uma resposta ao inquérito promovido pela revista *Estudio* de Barcelona, e posteriormente publicada em *A Águia*.⁴⁷ Nesse texto prosseguia Ezequiel de Campos parcialmente na senda dos princípios enunciados em *O Trabalho Nacional* e *Pela Espanha*; insistia em particular na imprescindibilidade de “sincronismo na vida económica,”⁴⁸ uma das duas condições prévias na formação de um bloco uno à escala ibérica sem prejuízo das soberanias políticas e institucionais ou, nas suas palavras, “para não ser uma invasão lenta que terminaria pela subalternização completa do núcleo demográfico de menor vitalidade.”⁴⁹ A segunda condição por ele mencionada introduzia um traço inédito no pensamento ezequieliano, a “semelhança de aspirações nacionais”, um aspecto não desenvolvido pelo autor senão de forma indirecta, na constatação das clivagens crescentes registadas em ambos os países no âmbito temporal da última década. Tal exercício predisponha o leitor à conclusão óbvia: a concretizar-se um *zollverein*, as vantagens obtidas repercutir-se-iam única e exclusivamente no tecido económico e social espanhol.

Esclareça-se, neste ponto, o grau de indefinição conceptual prevalecente no discurso ezequieliano, eventualmente resultante das reservas no tratamento de temas como a união aduaneira e, em particular, monetária. Não menos relevante nos seus textos foi a natureza dicotómica da análise composta pela abordagem aos factores estruturais, indutora da corporização económica da realidade geográfica peninsular seccionada por artifícios institucionais resultantes da evolução histórica – e de cuja preservação não abdicava. Todavia, notem-se também os aspectos conjunturais, considerados não apenas segundo as repercussões gerais da Grande Guerra mas, em especial, conforme os efeitos da beligerância portuguesa a prazo. Esses efeitos, embora de abrangência rigorosa indefinida,⁵⁰ orientavam-se no sentido

⁴⁷ Ezequiel de Campos, “Zollverein e a Harmonia Ibérica”, *A Águia*, (Novembro-Dezembro de 1917): 218-222.

⁴⁸ *Ibid.*, 218.

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ As incertezas do pós-I Guerra Mundial seriam tanto maiores quanto indefinido fosse o perfil das economias de pequenas dimensões. No caso português, uma das consequências da Grande Guerra incidia no esclarecimento sobre a natureza económica do país e fazia ruir o mito da ascendência agrícola sobre os demais sectores, em vista da insuficiência do mesmo: “descobre-se ainda confusa a situação em que as pequenas nações nem industriais, nem agrícolas que se meteram na guerra, ficarão, depois dos tratados de paz”. *Ibid.*, 219.

da “extrema subalternização ao núcleo hegemónico, sujeito à invasão pelos seus produtos da indústria em quase todos os ramos, à contigência das carreiras de navegação, com o comércio de todo escravizado aos rings novos ou ao cartel da marinha mercante dos vencedores. [...] Os mercados e os preços serão ditados pelos vencedores; nem de outra forma se pagam hoje contribuições de guerra.”⁵¹

Assumida a irreversibilidade da sujeição económica e financeira portuguesa, as atenções de Ezequiel de Campos centravam-se na identificação do “núcleo hegemónico”, partindo do pressuposto improvável de ser possível a Portugal uma opção acerca do alinhamento menos lesivo dos interesses nacionais. E, num cenário bicéfalo, constituído pela Inglaterra e pela Espanha, o autor explicitava as virtualidades da ligação preferencial à segunda potência, fundadas na partilha do espaço geográfico e de recursos naturais estratégicos a ambos os países, mas também na necessidade de exploração conjunta dos mesmos, fundamentos de uma complementaridade tangível na Ibéria apesar do quadro esperado de tendencial ingerência financeira. Mesmo neste aspecto, o autor acreditava no benefício espanhol, em detrimento da mais antiga aliada de Portugal, tendo em vista o perfil das economias ibéricas, as necessidades espanholas de crescimento e as prioridades portuguesas, um caldo propiciador de convergências cumulativas entre interventor e intervencionado.⁵² Essas convergências inseriam-se num âmbito intelectual – meramente apontado pelo autor –, financeiro, incidente no domínio do reaparelhamento portuário, e comercial. Esta última era matéria assaz sensível, conforme ficava demonstrado com o malogro negocial ocorrido em Setembro de 1913, depois de ano e meio de contactos entre Portugal e Espanha para a renovação do tratado de comércio e navegação celebrado em 1893.⁵³ Consciente das causas do revez da diplomacia portuguesa – dados subliminares nesta prestação, como nas anteriores em *O Trabalho Nacional e Pela Espanha* – bem como da necessidade de as superar, o autor empenhava-se numa base de negociação alternativa, com um grau de benefício comercial suficientemente elevado para

⁵¹ Ibid.

⁵² “Surge aqui a pergunta – convem mais a Portugal (que inexoravelmente tem de ficar jungido a outras nações para o seu equilíbrio económico e financeiro pondo já de banda as questões de política internacional) colaborar tanto quanto possível com a Espanha, buscando e aceitando a cooperação desta nos problemas económico que a ambas interessa, e até nos outros, em vez de continuar a manter-se isolado da vizinhança [...]. É minha opinião que, fatal como tem de ser a ingerência da finança e de actividade estranha na vida de Portugal (haja ou não falência do Estado), convém muito mais a Portugal tanto quanto possível – e com as possíveis cautelas – a colaboração da Espanha na sua vida económica e financeira, do que a dos outros povos europeus. Começa por que aos outros povos muito pouco interessam os problemas da Ibéria. Quanto a Portugal o que lhes basta é a garantia dos juros da dívida pública e a liberdade de exploração das empresas para que Portugal não tem iniciativa ou dinheiro. O mesmo não acontece à Espanha”. Ibid., 219-220.

⁵³ *Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Espanha assinado em Madrid, aos 27 de Março de 1893 e Convénio Regulamentar, assinado em Madrid, aos 29 de Junho de 1894* (Lisboa, A Editora Limitada, 1912).

compensar ou secundarizar interesses lesados pela proposta espanhola, rejeitada por Portugal. Desta feita, procedia à concretização do conceito de “tratado de comércio simplificado”, concebido a partir da valorização dos géneros coloniais produzidos no espaço ultramarino português, e de produtos agrícolas e industriais espanhóis. A “Espanha podia importar o seu défice de cacau de S.Tomé, que fica perto de Fernando Pó (que já lhe dá 50% do consumo); como de Angola e das ilhas portuguesas do Golfo da Guiné podia vir parte do seu défice de café. Um parte dos ferros industriais para o mercado português podia vir de Bilbao e também uma parte do açúcar de beterraba que se consome em Portugal podia ser, por enquanto, espanhol.”⁵⁴

A improcedência desta proposta determinaria a frustração dos objectivos de Ezequiel de Campos à constituição do zollverein ibérico, uma ideia paulatinamente abandonada em finais de 1917.

⁵⁴ Ezequiel de Campos, “Zollverein e a Harmonia Ibérica”, *A Águia*, (Novembro-Dezembro de 1917): 222.